

Política & Saúde | Alta Complexidade em Pauta

EDITORIAL

A Câmara dos Deputados realizou na última semana, uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei 5230/16, que define normas de regulação para o setor farmacêutico. A proposta altera a Lei de Vigilância Sanitária de Medicamentos (6.360/76) para incluir em suas disposições as fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e as fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinadas a necessidades dietoterápicas específicas. Essas fórmulas são indicadas para crianças de até 3 anos que são alérgicas ou têm outros tipos de restrições alimentares.

Também no Legislativo, uma comissão do Senado aprovou Medida Provisória (MP) 739/2016 que altera concessão de benefícios pelo INSS. A MP estabelece a revisão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez concedidos pelo INSS. A fiscalização deverá ser feita em benefícios concedidos tanto por via administrativa como judicial. A MP também altera as regras para o auxílio-reclusão, que agora corresponderá a 70% do valor da aposentadoria que o segurado teria direito se estivesse aposentado por invalidez.

No Fique Por Dentro, nossa recomendação é para o Simpósio sobre Doenças Neuromusculares promovido pelo Hospital de Apoio de Brasília (HAB). O evento tem como propósito: disseminar informações sobre diagnóstico e tratamento das Doenças Neuromusculares, bem como, apresentar o fluxograma do serviço do Centro de Referência em Doenças Neuromusculares (CDRN) para os profissionais de saúde e público interessado. O CDRN foi criado em 2011 no HRAN (Portaria nº 206, de 17/10/2011), mas em maio desse ano foi transferido para o HAB (Portaria Nº85, de 27/05/2016). A motivação para essa mudança decorre de o hospital ter sido indicado para a habilitação como Serviço de Referência em Doenças Raras, descrita na Resolução Nº 451, de 10/11/2015, do Conselho de Saúde do DF.

PUBLICAÇÃO

Foto: EpiSUS/ Reprodução

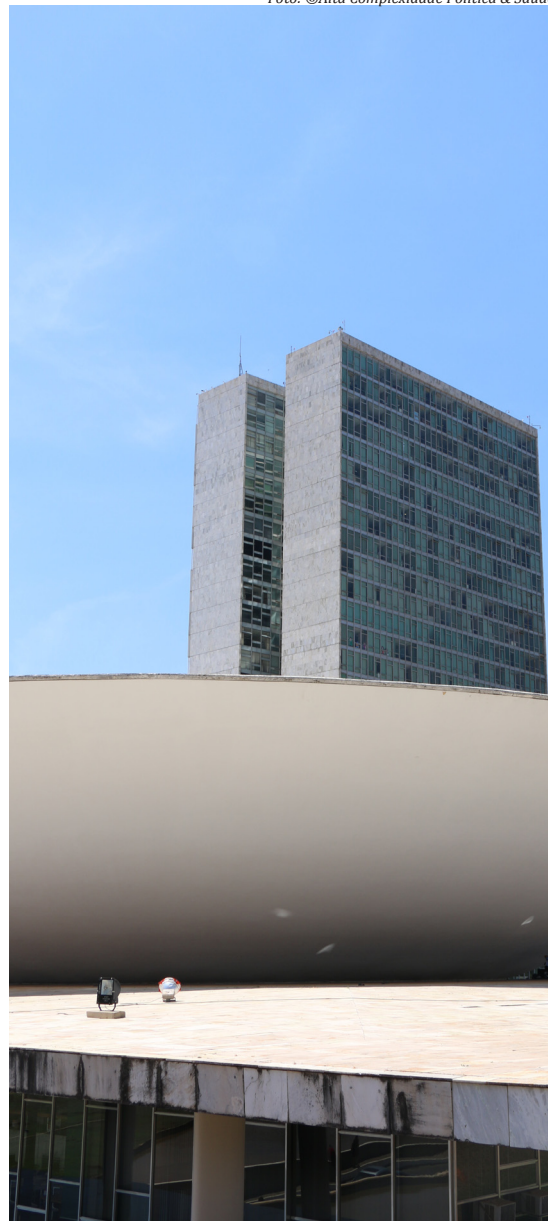


EpiSUS lança livro sobre Epidemiologia aplicada aos serviços do SUS

Desde 2000, a Epidemiologia de campo no Brasil ganhou um novo capítulo com o Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde (EpiSUS). Já se passaram 15 anos de contribuições à saúde pública nacional e internacional, e uma parte dessa história é contada neste livro – EpiSUS – “Além das Fronteiras: Contribuindo para o Fortalecimento da Epidemiologia Aplicada aos Serviços do SUS”. A multidisciplinaridade das áreas de atuação e a multiplicidade de temas descritos no livro demonstram a diversidade de doenças ou agravos que acometem a população, em maior ou menor grau, e ao mesmo tempo evidenciam a importância do desenvolvimento de trabalho articulado e sistematizado entre os três entes do SUS.

Ele está disponível em: <http://bit.ly/2eAXxCH>

Foto: ©Alta Complexidade Política & Saúde



Nova Política de Inovação trará R\$ 6,4 bilhões de investimentos

O Ministério da Saúde garantiu investimentos de R\$ 6,4 bilhões para incentivar produção nacional de medicamentos, insumos e tecnologias em saúde que gerará emprego, renda e benefícios aos brasileiros. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (19/10) pelo ministro da saúde, Ricardo Barros, durante 11ª reunião do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) e faz parte da nova Política de Plataformas Inteligentes de Tecnologia em Saúde. A aplicação deste recurso permite a geração de mais de 7.400 vagas de empregos qualificados; além de envolver cerca de 450 doutores especializados em pesquisas para auxiliar o desenvolvimento de medicamentos e produtos para a saúde. A nova política também reorganizou as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo – PDP's dos laboratórios públicos, tornando eles mais competitivos e sustentáveis. Na produção de sintéticos serão investidos R\$ 333,5 milhões. O recurso é destinado a produção a partir de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) ou fármacos obtidos por síntese química. O Ministério da Saúde conta com 86 parcerias de desenvolvimento produtivo vigentes envolvendo 18 laboratórios públicos e 43 privados que preveem o desenvolvimento de 88 medicamentos, quatro vacinas e 13 produtos para a saúde. *Fonte: Victor Maciel, da Agência Saúde*



Foto: Internet/Reprodução

Entidades vão ampliar assistência gratuita a saúde da Pessoa com Deficiência

A população de nove estados brasileiros - São Paulo, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Goiás e Distrito Federal - vai passar a contar com mais instituições de assistência e apoio à pessoa com deficiência. Isso porque, o Ministério da Saúde credenciou 24 novas entidades no Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD). Com isso, as organizações vão poder ampliar a prestação de serviços médico-assistenciais, assim como apoiar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de trabalhadores e a realização de pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais.

Esses novos projetos serão acompanhados pelo Ministério da Saúde, que irá definir as áreas prioritárias para execução das ações e serviços, deliberar sobre os projetos aprovados, definir parâmetros para aprovação, acompanhar a prestação de contas, avaliar os resultados da execução das ações e, ainda, definir a sistemática de monitoramento e avaliação. Em caso de execução de má qualidade ou de inexecução dos projetos, o Ministério da Saúde poderá inabilitar, por até três anos, a instituição, além de outras responsabilizações cabíveis. Entre as ações prioritárias do programa estão a prestação de serviços de apoio à saúde vinculados a adaptação, inserção e reinserção da pessoa com deficiência no trabalho, prática esportiva, diagnóstico diferencial de doenças neurodegenerativas, neuromusculares e degenerativa genéticas, e realização de pesquisas clínicas e de inovação na reabilitação de deficiências.

Instituído pela Lei nº 12.715/2012 e normatizado pela Portaria GM/MS nº 1.550/2014, com alterações dadas pelas Portarias nº 1.575/2014 e Nº 275/2016, o PRONAS/PCD é um programa do Ministério da Saúde para incentivar ações e serviços desenvolvido por entidades, associações e fundações privadas sem fins lucrativos, na área da pessoa com deficiência.

Fonte: Victor Maciel, da Agência Saúde

CONITEC abre consulta pública para incorporação de novo remédio para o tratamento de Doença de Crohn

Até o dia 3 de novembro, a sociedade poderá enviar contribuições para a consulta pública da CONITEC para a incorporação do certolizumabe pegol como opção terapêutica para a Doença de Crohn, uma doença inflamatória crônica do sistema digestivo, que afeta principalmente o intestino delgado (íleo), o intestino grosso (cólon) e a região ao redor do ânus. Após analisar os estudos científicos sobre o certolizumabe pegol, a CONITEC concluiu que, ao se considerarem custos e benefícios, esse medicamento se mostra uma opção vantajosa para os pacientes e para o SUS.

Presidente da CIDO-SO quer criar Centros de Referência à Pessoa Idosa em todos os estados

O deputado federal Roberto de Lucena (PV/SP), presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDO-SO) da Câmara dos Deputados, apresentou uma emenda ao Orçamento Geral da União (OGU) no valor de R\$ 300 milhões de reais, com o intuito de criar Centros de Referência à Pessoa Idosa em todos os estados brasileiros.

Os Centros de Referência do Idoso (CRIs) são espaços de uso exclusivo para pessoas maiores de 60 anos, que oferecem atendimento médico ambulatorial aliados a espaços de convivência. O objetivo do parlamentar é disseminar esse atendimento especializado por todo o país, desenvolvendo ações de prevenção à violência, promoção da cidadania, combate ao preconceito e a discriminação, além de orientação jurídica, social e psicológica. O parlamentar espera que esses CRIs tornem-se referência na área da Geriatria e Gerontologia no Brasil.



Foto: Gustavo Lima / Agência Câmara

Comissão aprova instituição de dia de luta contra Esclerose Lateral Amiotrófica

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara aprovou no dia 19/10 o Projeto de Lei (PL 4075/15) que torna o dia 21 de junho o Dia Nacional de Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica - ELA. A proposta foi aprovada inicialmente no Senado e recebeu parecer favorável da relatora, deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ). O PL segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova relatório sobre MP que altera concessão de benefícios pelo INSS

A comissão especial que analisa a Medida Provisória (MP) 739/2016 aprovou, nesta terça-feira (18), o relatório do deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) sobre a matéria, que cria uma série de exigências para a concessão de benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e estabelece a revisão de alguns desses benefícios. A MP estabelece a revisão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez concedidos pelo INSS. A fiscalização deverá ser feita em benefícios concedidos tanto por via administrativa como judicial. Estarão isentos desse exame os beneficiados que tiverem 60 anos de idade ou mais ou quando decorridos dez anos da data de concessão do benefício.

Seguridade Social debate regulação das fórmulas infantis para lactentes

Foto: Lúcio Bernardo Jr. / Agência Câmara



A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara debateu no dia 20/10 o Projeto de Lei 5230/16, da deputada Flávia Moraes (PDT-GO), que define normas de regulação para o setor farmacêutico. A proposta altera a Lei de Vigilância Sanitária de Medicamentos (6.360/76) para incluir em suas disposições as fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e as fórmulas infantis de seguimento para lactentes

e crianças de primeira infância destinadas a necessidades dietoterápicas específicas. Essas fórmulas são indicadas para crianças de até 3 anos que são alérgicas ou têm outros tipos de restrições alimentares. No caso dos lactentes, a questão é a alergia ao leite. O secretário-executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, Leandro Safatle, disse nesta quinta-feira (20) aos deputados da Comissão que a regulação de preços do setor fez com que, nos últimos dez anos, os medicamentos tivessem uma variação bem menor que a da inflação. O presidente da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, José Carlos Perini, afirmou que existem outros problemas a serem atacados em relação às crianças alérgicas. Um dos principais seria a indicação errada de dietas. Ou seja, diagnósticos feitos por profissionais de outras especialidades, por exemplo. O médico afirmou, porém, que as fórmulas infantis não são medicamentos e sugeriu ações como o aumento da concorrência no setor e a redução de tributação. Ana Maria Giandon, da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres, se manifestou contrariamente à regulação afirmando que as fórmulas servem para nutrir, e não utilizadas como medicamentos.

Fonte: Agência Câmara e Agência Senado

I Simpósio de Doenças Neuromusculares

Data: 9 de novembro

Programação: Diagnóstico, abordagem respiratória, genética, papel da equipe multidisciplinar e fluxograma do serviço na rede pública de saúde do DF.

Local: Auditório do HMIB - SGAS Av. L2 Sul Quadra 608, Brasília, DF

Inscrições: neps.hab@gmail.com

Realização: CRDN/ Hospital de Apoio de Brasília/ SESDF

I Seminário de Fonoaudiologia Hospitalar da Rede D'or

Data: 26 de novembro

Temas: Fonoaudiologia Hospitalar, nutrologia, cuidados da enfermagem, reabilitação fonoaudiológica, processo de decanulação e outros

Local: Auditório do Hospital do Coração do Brasil (3 andar) - SEPS 716, Conjunto G, Lote 6, Asa Sul, Brasília, DF

Investimento: R\$ 25,00 (Estudantes), R\$ 50,00 (Profissionais)

Inscrições: fonocid@gmail.com (Fga. Deise Brandão)

Realização: Centro Integrado de Disfagia e Instituto D'or Pesquisa e Ensino

1º Simpósio de Direito Médico: O Direito a serviço da Medicina

Data: 8 e 9 de novembro

Local: Auditório OABGO, Rua 1121, nº200, Setor Marista, Goiânia, GO

Investimento: R\$ 50,00 (Estudantes) e R\$ 100 (Profissionais)

Inscrições: www.oabgo.org.br/esa

Informações: (62) 3235-6500

II Simpósio - Malformações Congênitas e Alterações Genéticas: uma visão interdisciplinar

Data: 9 e 10 de novembro

Temas: Principais malformações, Fissurados, Síndrome de Down e principais cardiopatias

Horário: 18h30 às 21h

Local: Universidade de Brasília

Inscrição: <https://goo.gl/forms/dqp3UnOBQ87UpaK73>

Investimento: R\$ 20,00 (Estudante) e R\$ 25,00 (Profissional)

Informações: (61) 8303-1711/8323-3506/ 9602-8284

Realização: Liga Acadêmica Nóbrega de Pediatria

Seminário Doenças Raras: Do diagnóstico a prevenção

Data: 4 de novembro

Horário: 7h30 às 18h

Local: Auditório da Escola de Educação Básica Martinho de Haro - Largo Aristóteles Stadler, 19, Centro, São Joaquim, SC

Inscrições gratuitas:

<http://bit.ly/2eXoWsB>

XIV Jornada Científica do CRER

Data: 27 a 29 de outubro

Objetivo: Com o tema "Atualização em Múltiplas Deficiências", a Jornada Científica do CRER tem por finalidade difundir o processo de reabilitação, partindo de pesquisas aliadas aos serviços prestados à pessoa com deficiência.

Programação:

<http://bit.ly/2exvqKw>

Local: Av. Ver. José Monteiro, 1655 - Setor Negrão de Lima, Goiânia, GO

Investimento: R\$ 110,00 (Estudantes) e R\$ 150,00 (Profissionais)

Informações: (62) 3232-3115

Realização: CRER - Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo

Seminário Educação Inclusiva

Horário: 13h às 17h

Pauta: Objetos pedagógicos como facilitadores do processo ensino-aprendizagem para escolas inclusivas: desafios para a gestão escolar

Local: Auditório CCET - UNIRIO - Av. Pasteur, 458, URCA, Rio de Janeiro, RJ

Realização: Instituto Nacional de Tecnologia/ Unirio/ Estácio

EXPEDIENTE

Política & Saúde é um periódico elaborado pelo Instituto Alta Complexidade Política & Saúde. Conteúdo informativo e educativo sobre Alta Complexidade em saúde, políticas públicas e universo da pessoa com deficiência.

Presidente: Sandra Mota

Jornalista Responsável: Hulda Rode (DRT DF N°8610/2010)

E-mail: contato.altacomplexidade@gmail.com

Site: www.altacomplexidade.org

Permitida a reprodução do conteúdo, desde que citada a fonte: © Alta Complexidade Política & Saúde 2016